

29 DE MAIO DE 2015

Eleições na Etiópia: desenvolvimento antes de democracia

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

A Etiópia realizou eleições parlamentares a 24 de Maio de 2015, naquele que foi o primeiro acto eleitoral desde a morte, em 2012, de Meles Zenawi. De acordo com os resultados preliminares, e tal como esperado, o sucessor de Zenawi, Hailemariam Desalegn, e o partido no poder — a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etiópico (FDRPE) —, serão os grandes vencedores, garantindo mais uma larga maioria.¹

A FDRPE goza de vasto apoio popular. Em 2010, garantiu 99,6% dos assentos parlamentares e conta com cerca de 7 milhões de militantes. Esse apoio é o produto do elevado crescimento económico — relativamente inclusivo — e de uma estratégia que dá prioridade ao desenvolvimento nas zonas rurais, onde habitam 85% da população. Para além disso, a FDRPE reprime a oposição política e controla a comunicação social para assegurar o monopólio na difusão da sua mensagem junto da população. Ora, é a questão da repressão e controlo que geralmente sobressai quando se refere a Etiópia: um regime autoritário que viola os direitos humanos, intimida grupos da oposição, censura a comunicação social e reprime a sociedade civil. Tal tem originado fortes críticas por organizações de direitos humanos e pró-democracia.² Situações como a detenção de bloggers crí-

ticos do governo têm gerado indignação internacional, levando o Comité de Protecção de Jornalistas a considerar a Etiópia como o segundo país do mundo com mais jornalistas presos.³ Essa não é no entanto a história completa da Etiópia. É importante ter em conta que apesar das secas recorrentes, da famosa grande fome de 1984 e da guerra civil que terminou em 1991, a Etiópia voltou a erguer-se. Ao longo da última década o país registou um crescimento económico de cerca de 10%, sendo hoje considerado o “Tigre Africano”.

A ressurgência da Etiópia

O governo de Adis Abeba ambiciona transformar a Etiópia num país de rendimento médio em 2025⁴ e cumpriu, ou está no bom caminho para cumprir, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), nomeadamente no acesso a água potável (objectivo cumprido), na redução na mortalidade infantil (objectivo cumprido) e no ensino primário universal (objectivo ainda por cumprir).⁵ Acresce que a percentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza baixou de 38,7% em 2004/2005 para 26% em

1 Os resultados finais serão divulgados em Junho de 2015. Aaron Maasho, “Ethiopia’s ruling party sweeps parliament in early vote results” (Reuters, 27 de Maio de 2015).

2 “Ethiopia: Media Being Decimated” (Human Rights Watch, 22 de Janeiro de 2015) e Daniel Calingaert e Kellen McClure, “Ethiopia’s election is a wake-up call on human rights and sound governance” (The Guardian, 23 de Maio de 2015).

3 A seguir à vizinha Eritreia. “Freedom of the Press: Ethiopia” (Freedom House, 2015).

4 “Ethiopia On Track to Become Middle Income Country By 2025 - Dr Tedros” (Government of Ethiopia, 23 de Setembro de 2014).

5 Samuel Godfrey, “How Ethiopia managed to supply water to 48 million people” (UNICEF, 23 de Março de 2015) e Elissa Jobson, “Ethiopia achieves development target on reducing child mortality” (The Guardian, 13 de Setembro de 2013).

2012/2013.⁶ Estes desenvolvimentos positivos têm na sua origem o Plano de Crescimento e de Transformação (PCT), o qual aloca 70% do orçamento em benefício dos mais pobres.⁷ Importa notar que o crescimento económico não derivou da exportação de recursos energéticos, tal como nas grandes potências económicas subsaarianas. A Etiópia é hoje o país africano não produtor de petróleo que mais cresce.

Um dos seus principais objectivos consiste em fazer da produção industrial o motor de crescimento económico. Com isto em mente, tem vindo a ser desenvolvida uma base industrial, a construção de infraestruturas essenciais, tal como a expansão da linha férrea que liga Adis Abeba ao porto de Djibouti, estradas, transportes públicos — um sistema de metropolitano na capital — e a maior barragem hidroelétrica do continente — aquando da sua conclusão em 2017, satisfará as necessidades energéticas do país ao longo das próximas décadas.

A economia da Etiópia tem vindo a diversificar as suas exportações para além da principal *commodity*, o café. O país tornou-se num exportador de sementes oleaginosas, flores, ouro, tendo ainda registado um aumento significativo nas exportações de produtos têxteis e de couro.⁸ Acresce que o governo pretende investir, ao longo da próxima década, mil milhões de dólares anuais em parques industriais de modo a impulsionar as exportações e a tornar-se no principal produtor de bens manufacturados no continente africano, nomeadamente em produtos têxteis, de couro e agro-processamento.⁹

O aumento das exportações é um resultado do investimento directo estrangeiro (IDE) que tem entrado na economia ao longo dos últimos anos. Se em 2008 o país atraiu 108 milhões de dólares em investimento estrangeiro, em 2015 o IDE irá chegar aos 1,5 mil milhões. Por seu turno, o aumento de IDE deve-se à construção de fábricas por empresas internacionais atraídas pelos baixos salários, energia barata e políticas governamentais favoráveis. Estima-se que a entrada de IDE na Etiópia se manterá a uma média de 1,5 mil milhões de dólares anuais ao longo dos próximos três anos, prevendo-se que se positione entre os quatro maiores produtores industriais africanos por volta de 2025.¹⁰

De notar ainda que de Julho de 2013 a Julho de 2014 todos os sectores da economia apresentaram um bom desempenho: a agricultura (representa 40,2% do PIB) cresceu 5,4%, a indústria (14% do PIB) aumentou 21,2% e os serviços (46,2% do PIB) cresceu 11,9%. A inflação, uma das grandes fraquezas da economia etíope, desceu de 39,2% em 2011 para 7,1% em 2014.¹¹

6 "National Human Development Report 2014, Ethiopia" (UNDP, 2015), p. 1.

7 *Idem.* p. 82.

8 "Ethiopia" (Observatory of Economic Complexity, 2015)

9 William Davison, "Seeking to be Africa's top manufacturer, Ethiopia plans export hubs with \$10bn factory parks" (*Mail & Guardian Africa*, 19 de Maio de 2015).

10 "Ethiopia predicts record \$1.5bn overseas direct investment in 2015" (*Financial Times*, 26 de Abril de 2015).

11 "Ethiopia" (*African Economic Outlook*, 22 de Maio de 2015)

A estabilidade política como interesse estratégico

Um elemento chave da transformação da Etiópia é a estabilidade política, sem a qual não se poderia ter garantido o funcionamento eficiente do Estado. Olhando para outras potências africanas, como o Quénia e a Nigéria, são claras as ineficiências governativas resultantes da pouca estabilidade política.

O desenvolvimento económico na Etiópia retrata a crescente legitimidade em África de modelos de governação assentes no princípio do "desenvolvimento antes da democracia" — como é o caso do Ruanda —, i.e. numa política centrada na criação de condições para o desenvolvimento, nomeadamente através do investimento maciço em infraestruturas. A contrapartida é o maior controlo estatal sobre a esfera política e social.

Goste-se ou não, o regime autoritário e monopartidário da Etiópia tem feito mais pelo desenvolvimento económico e melhoria das condições de vida da população, do que a grande maioria dos governos africanos fundamentados no ideal democrático defendido pelo Ocidente.

Contudo, não se pretende com isto legitimar o autoritarismo e as violações de direitos. Seguramente, em teoria, a democratização da Etiópia constituiria um excelente desenvolvimento para o país e para a população. Porém, de um ponto de vista pragmático reconhecem-se elementos prementes que tornam esse cenário uma jogada arriscada.

A estabilidade política deriva de uma coligação governamental que, apesar de diversa, é relativamente sólida — a FDRPE é formado por quatro partidos de base étnica. O facto de Zenawi e Desalegn não serem originários da base étnica da maior força dentro da FDRPE, a Frente de Libertação dos Povos do Tigré (FLPT), mostra o quanto importante é ter uma liderança forte e pragmática. É este partido que em larga medida controla o aparato militar e de segurança da Etiópia. Ora, a democratização do sistema político constituiria um elemento potencialmente polarizador dentro da coligação, com as consequências negativas que daí resultariam.

Por outro lado, a FDRPE não está disposta a correr riscos que resultem na perda de controlo sobre os acontecimentos nacionais. As eleições de 2005 são um bom exemplo: a oposição venceu em todos os principais centros urbanos, chegando mesmo a garantir todos os assentos parlamentares na capital. A subsequente rejeição dos resultados pela FDRPE deu origem a confrontos, resultando em cerca de 200 mortos e mais de 300 pessoas deslocadas.¹² De outra perspectiva, manter o controlo sobre os destinos políticos do país, serve o propósito da FDRPE em usar as eleições como instrumento de consolidação no poder.

Sendo o segundo país mais populoso do continente e o décimo em termos de território, são claras as dificuldades em controlar as suas vastas regiões. Neste contexto, uma redução do controlo estatal abriria a porta a ameaças latentes como os grupos rebeldes alegadamente apoiados pela Eritreia — a Frente de Libertação de Oromo e a Frente de Libertação Nacional de Ogaden — e ainda o grupo terrorista Al-Shabaab na

12 Alemayehu G. Mariam "Ethiopia: Remember the Slaughter of November [2005]!" (*The Huffington Post*, 7 de Novembro de 2010).



Somália. Em relação a este último, importa notar que 6% da população na Etiópia é de origem somali e que o grupo está activo dentro das suas fronteiras.

Há também que ter em conta que o governo de Adis Abeba é central para a segurança e estabilidade regional. O país é o quarto maior contribuinte para as missões de manutenção de paz da ONU — em termos de tropas, polícia e peritos militares — e participa em várias missões no continente africano,¹³ tanto da ONU como da União Africana (como é o caso da AMISOM na Somália). Acresce que é também um dos principais aliados e parte integrante da política de segurança dos EUA — em particular no combate ao grupo Al-Shabaab. Dito isto, o governo de Washington não estará interessado em pressionar a FDRPE a aceder ao pluralismo político e aligeirar as restrições sobre a liberdade de expressão, sob pena de correr o risco de destabilizar a região.

Em suma, certamente que as necessidades de segurança e o *boom* económico impossibilitarão qualquer tentativa de reforma política no país. As eleições de Maio de 2015 terão o fim último de consolidar a FDRPE no poder e salvaguardar o interesse da comunidade internacional em garantir a estabilidade na região. Entretanto, o desenvolvimento económico manterá um registo positivo, a sociedade civil enfraquecida, a oposição política pouco relevante e a comunicação social independente limitada. No final, será a máxima do “desenvolvimento antes de democracia” que prevalecerá e a legitimidade da FDRPE reforçada no continente.

13 Abyei, Costa do Marfim, Darfur, Libéria e Sudão do Sul. Meseret Bekele, “Ethiopia ranks 4th in troop, police contribution to UN peacekeeping operations” (Ethiopian News Agency, 6 de Fevereiro de 2015).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa

PORUTGAL

<http://www.ipris.org>

email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

